

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei n. 13.981, de 23 de março de 2020 Publicada no D.O.U. de 24 mar. 2020	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevar o limite de renda familiar per capita para fins de concessão do benefício de prestação continuada.
Lei n. 13.980, de 11 de março de 2020 Publicada no D.O.U. de 12 mar. 2020	Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que “dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS”, para garantir a realização de ultrassonografia mamária.
Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 Publicada no D.O.U. de 7 fev. 2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
Lei n. 13.978, de 17 de janeiro de 2020 Publicada no D.O.U. de 20 jan. 2020	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020.
Lei n. 13.974, de 7 de janeiro de 2020 Publicada no D.O.U. de 8 jan. 2020	Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

1.2 DECRETOS

Decreto n. 10.300, de 30 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 31 mar. 2020	Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020.
Decreto n. 10.295, de 30 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 30 mar. 2020 – Edição extra - C	Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020.

Decreto n. 10.292, de 25 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 26 mar. 2020	Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Decreto n. 10.289 de 24 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 24 mar. 2020 - Edição extra -A	Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para instituir o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid19.
Decreto n. 10.288 de 22 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 22 mar. 2020 - Edição extra	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.
Decreto n. 10.285 de 20 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 20 mar. 2020 - Edição extra - G	Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona.
Decreto n. 10.284 de 20 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 20 mar. 2020 - Edição extra - G	Dispõe sobre a dilação do prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da covid-19.
Decreto n. 10.283 de 20 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 20 mar. 2020 - Edição extra - G	Institui o Serviço Social Autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde - Adaps.
Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 20 mar. 2020 - Edição extra – G Republicado no D.O.U. de 21 mar. 2020 - Edição extra- H	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
Decreto n. 10.280, de 18 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 19 mar. 2020	Altera o Decreto nº 9.976, de 19 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e em Operações de Crédito Educativo.
Decreto n. 10.279, de 18 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 19 mar. 2020	Altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.
Decreto n. 10.278, de 18 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 19 mar. 2020	Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.
Decreto n. 10.277, de 16 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 16 mar. 2020 - Edição extra - C	Institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

Decreto n. 10.273, de 13 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 16 mar. 2020	Altera o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, para adequá-lo ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e estender o tratamento diferenciado para consórcios formados por microempresas e empresas de pequeno porte.
Decreto n. 10.272, de 12. de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 13 mar. 2020	Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.
Decreto n. 10.271, de 6 de março de 2020 Publicada no D.O.U. de 9 mar. 2020	Dispõe sobre a execução da Resolução GMC nº 37/19, de 15 de julho de 2019, do Grupo Mercado Comum, que dispõe sobre a proteção dos consumidores nas operações de comércio eletrônico.
Decreto n. 10.270, de 6 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 9 mar. 2020	Institui o Grupo de Trabalho de Avaliação Nacional de Riscos de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa.
Decreto n. 10.269, de 6 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 9 mar. 2020	Institui o Comitê Estratégico e o Comitê-Executivo do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil.
Decreto n. 10.268, de 6 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 mar. 2020 - Edição extra	Dispõe sobre a implementação e o acompanhamento da participação da República Federativa do Brasil no programa Global Entry dos Estados Unidos da América de trâmite migratório simplificado para viajantes pré-aprovados.
Decreto n. 10.267, de 5 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 mar. 2020	Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades em aeronaves do Comando da Aeronáutica.
Decreto n. 10.266, de 5 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 mar. 2020	Dispõe sobre a identidade funcional expedida pela administração pública federal.
Decreto n. 10.265, de 5 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 mar. 2020	Institui a Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação.
Decreto n. 10.263, de 5 de março de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 mar. 2020	Altera o Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, que regulamenta a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para dispor sobre o Programa Nacional de Desestatização.
Decreto n. 10.257, de 27 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 28 fev. 2020	Altera o Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, que regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.
Decreto n. 10.246, de 18 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 19 fev. 2020	Institui o Programa Brasil Mais e dispõe sobre o Comitê de Orientação Estratégica do Programa Brasil Mais.
Decreto n. 10.243, de 13 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 14 fev. 2020	Altera o Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.
Decreto n. 10.240, de 12 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 13 fev. 2020	Regulamenta o inciso VI do caput do art. 33 e o art. 56 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e complementa o Decreto nº 9.177, de 23 de outubro de 2017, quanto à implementação de sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico.

Decreto n. 10.235, de 11 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 12 fev. 2020	Altera o Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade.
Decreto n. 10.230, de 5 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 fev. 2020	Altera o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISPI, do Poder Executivo Federal.
Decreto n. 10.229, de 5 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 fev. 2020	Regulamenta o direito de desenvolver, executar, operar ou comercializar produto ou serviço em desacordo com a norma técnica desatualizada de que trata o inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.
Decreto n. 10.228, de 5 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 fev. 2020	Altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, para dispor sobre o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal e instituir os conselhos de usuários dos serviços públicos no âmbito da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal.
Decreto n. 10.226, de 5 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 fev. 2020	Altera o Decreto nº 9.306, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.
Decreto n. 10.224, de 5 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 fev. 2020	Regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
Decreto n. 10.222, de 5 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 6 fev. 2020	Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética.
Decreto n. 10.219, de 30 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 31 jan. 2020	Altera o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro 2019, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita.
Decreto n. 10.210, de 23 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 23 jan. 2020 - Edição extra	Regulamenta o art. 18 da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a contratação de militar inativo para o desempenho de atividades de natureza civil na administração pública.
Decreto n. 10.209, de 22 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 23 jan. 2020 - Edição extra	Dispõe sobre a requisição de informações e documentos e sobre o compartilhamento de informações protegidas pelo sigilo fiscal.
Decreto n. 10.203, de 22 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 23 jan. 2020	Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
Decreto n. 10.201, de 15 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 16 jan. 2020	Regulamenta o § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebradas por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.

Decreto n. 10.198, de 3 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 3 jan. 2020 - Edição extra	Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações.
Decreto n. 10.197, de 2 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.U. de 3 jan. 2020	Altera o Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015, para estabelecer o Consumidor.gov.br como plataforma oficial da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para a autocomposição nas controvérsias em relações de consumo.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei n. 20.162, de 30 de março de 2020 Publicada no D.O.E. de 31 mar. 2020	Altera dispositivo da Lei nº 20.094 de 19 de dezembro de 2019, que cria o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos e dá outras providências.
Lei n. 20.161, de 25 de março de 2020 Publicada no D.O.E. de 31 mar. 2020	Altera dispositivos da Lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, e da Lei nº 17.016, de 16 de dezembro de 2011.
Lei n. 20.159, de 27 de março de 2020 Publicada no D.O.E. de 27 mar. 2020	Dispõe sobre as medidas de segurança a serem adotadas durante a realização de obras de manutenção ou construção nas rodovias paranaenses.
Lei n. 20.152, de 17 de março de 2020 Publicada no D.O.E. de 17 mar. 2020	Institui a Campanha Permanente de Conscientização e Incentivo à Vacinação.
Lei n. 20.151, de 17 de março de 2020 Publicada no D.O.E. de 17 mar. 2020	Acresce a alínea “k” ao inciso III do art. 1º da Lei nº 16.971, de 5 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a vedação para ocupar cargos ou funções, no âmbito do Estado do Paraná.
Lei n. 20.149, de 17 de março de 2020 Publicada no D.O.E. de 17 mar. 2020	Cria o dispositivo Salve Maria, em atenção às mulheres vítimas de violência.
Lei n. 20.146, de 6 de março de 2020 Publicada no D.O.E. de 6 mar. 2020	Altera a Lei nº 18.780, de 12 de maio de 2016, que institui a Política de Mobilidade Sustentável e Incentivo ao Uso da Bicicleta.
Lei n. 20.145, de 5 de março de 2020 Publicada no D.O.E. de 6 mar. 2020	Obriga os condomínios residenciais e comerciais localizados no Estado do Paraná a comunicar os órgãos de segurança pública quando houver em seu interior a ocorrência ou indícios de ocorrência de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos.
Lei n. 20.132, de 20 de janeiro de 2020 Publicada no D.O.E. de 20 jan. 2020	Altera dispositivos da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007 [que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná].
Lei n. 20.129, de 20 de janeiro de 2020 Publicada no D.O.E. de 20 jan. 2020	Obriga a realização de análise de crédito prévia na contratação de consórcios, e dá outras providências.
Lei n. 20.127, de 15 de janeiro de 2020 Publicada no D.O.E. de 15 jan. 2020	Altera a Lei nº 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente e revoga a Lei nº 19.207, de 1º de novembro de 2017, que trata da implantação de medidas de informação e proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica.

2.2 DECRETOS

Decreto n. 4.389, de 30 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 30 mar. 2020	Altera os limites de Custo Efetivo Total previstos nas linhas I a IX do artigo 16, do Decreto n.º 8.471, de 8 de julho de 2013.
Decreto n. 4.388, de 30 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 30 mar. 2020	Altera dispositivos do Decreto n.º 4.317, de 21 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para a iniciativa privada acerca do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância decorrente da COVID-19].
Decreto n. 4.385, de 27 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 27 mar. 2020	Dispõe sobre medidas orçamentárias e financeiras para prevenção e combate à COVID-19.
Decreto n. 4.379, de 26 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 26 mar. 2020	Divulga condutas vedadas aos Agentes Públicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta no ano eleitoral de 2020.
Decreto n. 4.320, de 23 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 23 mar. 2020	Altera dispositivos do Decreto n.º 4.312, de 20 de março de 2020 e do Decreto n.º 4.230, de 16 de março de 2020.
Decreto n. 4.319, de 23 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 23 mar. 2020	Declara o estado de calamidade pública, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.318, de 22 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 22 mar. 2020	Altera o art. 2º do Decreto n.º 4.317, de 21 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para a iniciativa privada acerca do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância decorrente da COVID-19].
Decreto n. 4.317, de 21 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 21 mar. 2020	Dispõe sobre as medidas para a iniciativa privada acerca do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância decorrente da COVID-19.
Decreto n. 4.316, de 21 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 21 mar. 2020	Dispõe sobre a manutenção do abastecimento e distribuição de produtos necessários e essenciais, inclusive merendas escolares, na rede pública de ensino em decorrência da pandemia da COVID-19, e adota outras providências.
Decreto n. 4.315, de 21 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 21 mar. 2020	Dispõe sobre a dispensa de licitação e procedimento para a modalidade pregão para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e adota outras providências.
Decreto n. 4.312, de 20 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 20 mar. 2020	Concede licença especial, de acordo com o art. 4º da Lei Complementar n.º 217 de 22 de outubro de 2019, conforme especifica
Decreto n. 4.311, de 20 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 20 mar. 2020	Altera o Decreto n.º 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.310, de 20 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 20 mar. 2020 Republicado no D.O.E. de 21 mar. 2020	Altera o Decreto n.º 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.302, de 19 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 19 mar. 2020	Acresce o art. 19A ao Decreto n.º 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].

Decreto n. 4.301, de 19 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 19 mar. 2020	Altera dispositivo do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.294, de 18 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 18 mar. 2020	Regulamenta a Lei nº 20.084, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Programa Cartão Futuro no Estado do Paraná.
Decreto n. 4.290, de 18 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 18 mar. 2020	Cria a Superintendência Geral de Parcerias e adota outras providências.
Decreto n. 4.263, de 18 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 18 mar. 2020	Regulamenta o art. 12 do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, instituindo um plano de monitoramento de fronteiras e divisas, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.262, de 18 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 18 mar. 2020	Determina à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, por meio do PROCON/PR, para que execute fiscalização de práticas abusivas quanto aos preços de produtos sanitários e de profilaxia, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.261, de 18 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 18 mar. 2020	Estabelece critérios para a habilitação de laboratórios interessados no Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública – SISLAB, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.260, de 18 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 18 mar. 2020 Republicado no D.O.E. de 18 mar. 2020 - Suplemento	Suspende os deslocamentos e viagens a trabalho de servidores estaduais civis e militares da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e aqueles contratados em caráter temporário, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.259, de 18 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 18 mar. 2020	Institui o Comitê de Gestão de Crise para o COVID-19 no Estado do Paraná.
Decreto n. 4.258, de 17 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 17 mar. 2020	Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.230, de 16 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 16 mar. 2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.211, de 6 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 6 mar. 2020	Regulamenta a Lei nº 16.751, de 29 de dezembro de 2010, que institui a alimentação escolar orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio.
Decreto n. 4.176, de 6 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 6 mar. 2020	Acresce o § 5.º ao art. 4.º do Decreto nº 1.978, de 20 de dezembro de 2007 [que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas estatais].

<p>Decreto n. 4.171, de 6 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 6 mar. 2020</p>	<p>Nomeia a procuradora VALÉRIA BORBA, para exercer a função de Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná.</p>
<p>Decreto n. 4.166, de 3 de março de 2020 Publicado no D.O.E. de 3 mar. 2020</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 20.009, de 13 de novembro de 2019, que institui o Programa de Intercâmbio Internacional Ganhando o Mundo.</p>
<p>Decreto n. 4.002, de 10 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 10 fev. 2020</p>	<p>Institui Grupo de Trabalho Multidisciplinar, tendo por objetivo a realização de estudos para elaboração de proposta de decreto, visando regulamentar às diretrizes e procedimentos de adequação e governança no tratamento e compartilhamento de dados no âmbito do Poder Executivo Estadual, em consonância com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados –LGPD.</p>
<p>Decreto n. 4.000, de 10 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 10 fev. 2020</p>	<p>Altera o caput do art. 7.º do Decreto nº 3.808, de 08 de janeiro de 2020 [que estabelece programa de recadastramento e validação de descontos facultativos consignados em folha de pagamento, relativos à mensalidade de cooperativa de crédito mútuo de servidor público...].</p>
<p>Decreto n. 3.978, de 7 de fevereiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 7 fev. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 3.808, de 08 de janeiro de 2020, que estabelece programa de recadastramento e validação de descontos facultativos consignados em folha de pagamento, relativos à mensalidade de cooperativa de crédito mútuo de servidor público, associação assistencial e sindicato legalmente reconhecido como organização representativa de classe de militar e de servidor público estadual, ativos e inativos e de pensionistas de geradores de pensão dos Órgãos da Administração Direta, Autárquica e de Regime Especial do Poder Executivo Estadual.</p>
<p>Decreto n. 3.934, de 27 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 28 jan. 2020</p>	<p>Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica com organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.</p>
<p>Decreto n. 3.932, de 27 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 27 jan. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a Regulamentação da Lei nº 19.784, de 20 de dezembro de 2018, que institui a Política Estadual de Economia Solidária.</p>
<p>Decreto n. 3.909, de 24 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 24 jan. 2020</p>	<p>Fixa os novos valores do Piso Salarial do Estado do Paraná, válidos a partir de 1º de janeiro de 2020.</p>
<p>Decreto n. 3.889, de 21 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 21 jan. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 6.335, de 23 de fevereiro de 2010 [que dispõe sobre a instituição do Regime Especial de pagamento de precatórios a que se refere o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009, e dá outras providências].</p>
<p>Decreto n. 3.854, de 17 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 17 jan. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de Desembolso, de que trata o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/2000, para o exercício de 2020.</p>

Decreto n. 3.846, de 16 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 16 jan. 2020	Publica as tabelas de vencimento básico, de subsídio e de vantagens com o índice geral de 2,0% (dois por cento) concedido nos termos da Lei nº 19.912, de 30 de agosto de 2019.
Decreto n. 3.829, de 13 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 13 jan. 2020	Estende até o dia 31 de dezembro de 2021 os efeitos de que trata o artigo 24-F e o caput do art. 24-G do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, incluídos pela Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019; aplicabilidade da quota compulsória de 35 anos de serviço público prevista no caput do art. 157, da Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954.
Decreto n. 3.813, de 9 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 9 jan. 2020	Dispõe sobre a extinção do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná e do Instituto das Águas do Paraná, a serem incorporados pelo Instituto Água e Terra a partir de 1º de janeiro de 2020.
Decreto n. 3808, de 8 de janeiro de 2020 Publicado no D.O.E. de 8 jan. 2020	Estabelece programa de recadastramento e validação de descontos facultativos consignados em folha de pagamento, relativos à mensalidade de cooperativa de crédito mútuo de servidor público, associação assistencial e sindicato legalmente reconhecido como organização representativa de classe de militar e de servidor público estadual, ativos e inativos e de pensionistas de geradores de pensão dos Órgãos da Administração Direta, Autárquica e de Regime Especial do Poder Executivo Estadual.

3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 RESOLUÇÕES

Resolução n. 76, de 11 de março de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 25 mar. 2020	Dispõe sobre a adoção das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASPs), emitidas pelo Instituto Rui Barbosa - IRB, no âmbito das atividades de fiscalização do Tribunal de Contas de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências.
--	---

3.2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa n. 154, de 10 de março de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 17 mar. 2020	Dispõe sobre a remessa de dados, informações e documentos pelos responsáveis e sobre o encaminhamento dos relatórios relacionados aos programas cofinanciados com recursos provenientes de organismos multilaterais de crédito.
Instrução Normativa n. 153, de 3 de fevereiro de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 13 fev. 2020	Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, relativas ao exercício de 2019, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.
Instrução Normativa n. 152, de 3 de fevereiro de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 13 fev. 2020	Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, relativa ao exercício de 2019, nos termos dos arts. 211 a 214 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

<p>Instrução Normativa n. 151, de 3 de fevereiro de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 13 fev. 2020</p>	<p>Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais dos Municípios do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2019, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas administrações direta e indireta, Consórcios Intermunicipais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas de Direito Privado - inclusive Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e dá outras providências.</p>
<p>Instrução Normativa n. 150, de 29 de janeiro de 2020 Republicada no D.E.T.C. de 3 mar. 2020</p>	<p>Altera a Instrução Normativa nº 82/2012, com a inclusão dos assuntos Impugnação à Homologação e Homologação de Recomendações e exclusão dos assuntos Comunicação de Irregularidade, Relatório de Auditoria e Relatório de Inspeção.</p>

3.3 PORTARIAS SELECIONADAS

<p>Portaria n. 203, de 23 de março de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 24 mar. 2020</p>	<p>Institui o Comitê de Crise para supervisão e acompanhamento das demandas relacionadas ao coronavírus - COVID-19, conforme a Portaria 202/2020 desta Presidência.</p>
<p>Portaria n. 202, de 23 de março de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 24 mar. 2020</p>	<p>Cria, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Comitê de Crise para Supervisão e Acompanhamento das Demandas Relacionadas ao coronavírus - COVID19, estabelece atribuições e dá outras providências.</p>
<p>Portaria n. 196, de 21 de março de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 23 mar. 2020 - Edição Suplementar</p>	<p>Dispõe sobre os prazos aplicáveis às obrigações perante este Tribunal durante as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID19, e dá outras providências.</p>
<p>Portaria n. 195, de 21 de março de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 23 mar. 2020 - Edição Suplementar</p>	<p>Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus – COVID19, e dá outras providências.</p>
<p>Portaria n. 178, de 17 de março de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 17 mar. 2020 - Edição Suplementar</p>	<p>Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus – COVID19, e dá outras providências.</p>
<p>Portaria n. 163, de 13 de março de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 16 mar. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação do servidor que viajou e/ou teve contato com pessoa que viajou às áreas de epidemia do COVID-19 (Novo Corona Vírus), e dá outras providências.</p>